REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE INHAMBANE
SERVIÇO PROVINCIAL DA ECONOMIA E FINANÇAS





GPGCBO & IE

GUIÃO PRÁTICO DE GESTÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DO ESTADO

1ª- Edição
2025

GUIÃO PRÁTICO DE GESTÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DO ESTADO

FICHA TÉCNICA

Título: **Guião Prático de Gestão das Contas Bancárias dos Órgãos e Instituições do Estado –** 1ªEdição, Setembro de 2025 – **Propriedade**: Conselho dos Serviços de Representação do Estado – CSRE

Instituições Coordenadoras:

- Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira – DNTCEF- DGT
  Francisco Pedro Banze (Chefe da Repartição Nacional de Contas Bancárias)
- Serviço Provincial da Economia e Finanças de Inhambane - SPEFI
  Castro Armindo Sanfins Namuaca (Director de Serviço Provincial)

Coordenação:

- Feliciano Rosário Matavele – Gestor Provincial do Programa LoCAL
- Cassamo Agy Omar - Ponto Focal do Programa LoCAL – SPEFI

Conceito:

- Ana Paula Domingos Chale João – SPEFI-LoCAL

Autores Principais:

- Ana Paula Domingos Chale João – SPEFI-LoCAL
- Saidate Carlos Ernesto Mudanisse – SPEFI
- Armando Francisco Dava - SPEFI
- Manuel Calado Abençoado Macuácua – SPEFI

Apoio e Revisão Técnica:

- Feliciano Rosário Matavele – SPEFI-LoCAL
- Cassamo Agy Omar –SPEFI

Apoio Institucional:

- Direcção Nacional do Tesouro, Cooperação Económica e Financeira – DNTCEF- DGT
- Serviço Provincial da Economia e Finanças de Inhambane - SPEFI

Ilustração:

- Elton Ussene

Revisora:

- Maria de Lurdes Domingos Chale João Beira

Arranjos Gráficos e Impressão:

- DREAM SOLUTIONS, LDA – Designer: Elton Ussene

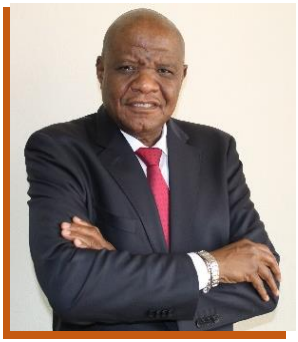
Com financiamento:

Sweden Sverige | Belgium partner in development | Generalitat de Catalunya

Apoio Técnico:

UNCDF

Programa LoCAL – Local Climate Adaptive Living Facility



PREFÁCIO

O Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Inhambane

Castro Sanfins Namuaca

O Serviço Provincial da Economia e Finanças (SPEF) é um órgão do Conselho dos Serviços Provinciais de Representação do Estado (CSPRE) que de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo Governo, coordena o processo de planificação e superintende a gestão de finanças públicas a nível do Conselho dos Serviços.

Atendendo aos desafios actuais de melhoria dos serviços prestados, o SPEFI (Departamento do Tesouro) em coordenação com o Programa LoCAL se predispôs a elaborar o presente Guião Pratico de Gestão das Contas Bancárias que corresponde a uma compilação aprimorada dos instrumentos legais que versam sobre esta matéria.

O objectivo do Guião é servir como instrumento de autocapacitação dos Órgãos e Instituições do Estado no âmbito da gestão das contas

bancárias no que tange a abertura, actualização e encerramento de contas bancárias do Estado.

Outrossim, promover a autonomia técnica dos gestores na interpretação dos instrumentos de gestão de contas bancarias.

No entanto, procurou se neste Guião, trazer se abordagens na linguagem simples e objectiva que se julga ser uma fonte complementar e indispensável a sua melhor compreensão, conjugando a teoria e a prática, incluindo a instrução sobre o preenchimento dos modelos correspondentes.

Seria resumidamente gratificante que este guião fosse útil aos Órgãos e Instituições do Estado e se alguma falha houver, que pelo menos o esforço abra caminhos a outros estudiosos.



Castro Sanfins Namuaca

/Economista de Desenvolvimento/

Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Inhambane


Alóh Olga!
Ola!
Temos necessidade de abrir uma conta bancária para a minha instituição, quais os requisitos necessários?
Olá Joana!
Oh, Joana, não conheces o **Diploma Ministerial nº 23/2018 de 02 de Fevereiro?**
Não, Olga!
Hum, Joana, veja o **Guião Prático de Contas Bancárias**, poderá encontrar toda informação necessária.

..

ÍNDICE

Índice De Tabelas ix

1. Introdução 1

2. Quadro Normativo 2

3. Contas Bancárias Do Estado - Conceito 2

3.1. Tipos De Contas Bancárias Do Estado 3

3.2. Identificação Das Contas Bancárias 4

4. Co-Titulação 6

5. Documentos Necessários Para Autorização De Abertura E Actualização De Assinaturas De Conta 7

5.1. Requisitos Dos Assinantes 8

6. Cadastro De Contas 9

7. Instituições Bancárias Domiciliarias Das Contas A Luz Do Ponto 9.4 E 9.5 Do DM Nº 23/2018, De 02 De Fevereiro 10

8. Encerramento Das Contas Bancárias Estado 10

9. Remoção De Contas No E-Sistafe 11

10. Fases Do Processo De Abertura Ou Actualização Das Contas Bancárias Dos Órgãos E Instituições Do Estado 12

Anexos 13

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de Contas Bancárias do Estado 4

Tabela 2 - Identificação das contas bancárias 5

Tabela 3 - Co-titulação 6

Tabela 4 – Documentos Necessários para Autorização de Abertura e actualização de Assinaturas de Conta 7

Tabela 5 – Requisitos dos Assinantes 8

Tabela 6 – Cadastro de Contas 9

1. INTRODUÇÃO

Qualquer organização seja ela Privada ou Pública, para o seu funcionamento necessita de contas bancárias para a realização de suas despesas.

No processo de gestão de contas bancárias dos órgãos e instituições do Estado, regista-se dificuldades no que concerne a abertura, actualização e encerramento das contas bancárias do Estado, aliado a falta de conhecimento dos procedimentos e por outro lado pela troca constante dos gestores ao nível dos sectores.

Como consequência, tem se verificado constantes devoluções de processos de contas bancárias, devido às várias irregularidades no preenchimento dos modelos fornecidos pelos bancos, bem como dos documentos que acompanham o processo.

Por outro lado, tem se constatado a permanência de uso de assinantes das contas bancarias que já não fazem parte da comissão administrativa, devido a falta de actualização e desactivação dos mesmos quando ocorre situações de mudança de assinantes por motivos diversos

Estes problemas influenciam para morosidade na tramitação do Expediente inerente as contas bancárias, o que cria constrangimentos para o funcionamento normal das instituições.

O Guião Prático de Gestão das Contas Bancárias dos Órgãos e Instituições do Estado é um instrumento que visa essencialmente colmatar as dificuldades dos sectores, garantir maior celeridade na tramitação de processos de contas bancárias e reduzir dispêndios do Estado tendo em consideração a actual conjuntura económica.

2. QUADRO NORMATIVO

Dispositivo Legal	Descrição
Diploma Ministerial nº 23/2018, de 02 de Fevereiro.	Aprova o Regulamento de Gestão das contas Bancárias do Estado
Decreto 26/2021 de 3 de Maio	Aprova o Regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado
Lei 14/2020 de 23 de Dezembro	Estabelece os princípios e normas de Organização do Sistema de Administração Financeira do Estado

3. CONTAS BANCÁRIAS DO ESTADO - CONCEITO

Definição	Enquadramento Legal
Contas bancárias do Estado, as tituladas pelos órgãos e instituições do Estado, compreendendo a gestão central e local, as autarquias locais as empresas públicas	Artigo 51, do Decreto 26/2021 de 3 de Maio Artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

3.1. TIPOS DE CONTAS BANCÁRIAS DO ESTADO

Definições	Enquadramento Legal
Conta Única do Tesouro (CUT), a conta bancária destinada a consolidar as disponibilidades financeiras do Estado, movimentadas pelos órgãos e instituições do Estado da gestão central e local, atendendo ao princípio da unidade de tesouraria.	Alínea b) do artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Contas Bancárias de Receita (RA), as que se destinam a receber receita do Estado da gestão central e local, cobradas, até a sua canalização a CUT	Alínea d) do artigo 52 do Regulamento do SISTAFE Alínea c) do artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Adiantamento de Fundos para pagamento de salários (DA), quando se destina a receber recursos financeiros utilizados na realização de despesas de salários dos órgãos e instituições do Estado de gestão central e local, por Unidades Gestoras Executoras (UGE) especiais de salários	i da alínea d) do artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Adiantamento de Fundos para pagamento de despesas gerais (DB), destinam a receber recursos financeiros utilizados na realização de despesas gerais.	ii da alínea d) do artigo 2 do DM de 2 de Fevereiro de 2018

Definições	Enquadramento Legal
Projectos (RC), referem se a recursos financeiros que não transitam pela CUT, utilizados para financiar a execução de programas e projectos específicos dos órgãos e instituições do Estado	i da alínea e) do artigo 2 do DM de 2 de Fevereiro de 2018
Autarquias Locais, quando se referem a recursos financeiros das autarquias locais.	ii da alínea e) do artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Empresas Públicas, quando se referem a recursos financeiros das empresas públicas.	iii da alínea e) do artigo 2 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Tabela 1 – Tipos de Contas Bancárias do Estado

Identificação das contas bancárias (Artigo 3 do DM nº 23/20018 de 2 Fevereiro).

3.2. IDENTIFICAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

Título	Categoria	Descrição
CUT	-	Conta Única do Tesouro
Receitas Internas (Cobradas dentro do país)	RA	Receitas Próprias e Consignados Colectadas pelos Sectores
	RB	Receitas Transitórias da Autoridade Tributaria de Molambique (AT) (Colectadas pela AT e as Transferências para AT)
Receitas Externas (FOREX)	RC	Financiamento a projetos específicos Financiamento a orçamentado Estado (OE)
	RD	Financiamento a orçamento do estado (OE)

Despesa	DA	Despesa de adiantamento de fundos para pagamento de salários
	DB	Despesas de adiantamento de fundos para pagamento de despesas
Mista	MA	Receita e despesa off-CUT referente a projectos
	MB	Autarquia Local
	MC	Empresa Pública

Tabela 2 - Identificação das contas bancárias

4. CO-TITULAÇÃO

Descrição	Enquadramento Legal
As contas bancárias são co-tituladas pela DNT e devem ser cadastradas com pelo menos três assinantes de funcionários ou agentes do Estado indicados por esta ou pelo Serviço Provincial da Economia e Finanças (SPEF).	Nº2, do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Sem prejuízo da movimentação das contas bancárias pelos titulares dos respectivos sectores, a DNT, no âmbito da co-titulação, obriga as contas por duas assinaturas que são usadas oficiosa e exclusivamente para:	Nº3, do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Obter informações sobre os movimentos a débito e a crédito das referidas contas	Alínea a) do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Suspender a movimentação das referidas contas sempre que motivos ponderosos o justifiquem	Alínea b) do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Cancelar a conta, ordenando a transferência dos respectivos saldos para CUT	Alínea c) do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro
Ordenar a efectivação de estornos e regularização de ordens de pagamentos.	Alínea d) do artigo 4 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Tabela 3 - Co-titulação

NB: Os Co-titulares não interferem na gestão interna das contas bancárias dos sectores, salvo em situações referidas no slide anterior

5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E ACTUALIZAÇÃO DE ASSINATURAS DE CONTA

Documentos Necessários Para Autorização de Abertura e actualização de assinaturas de Conta	Enquadramento Legal
1. Fichas de abertura (institucional, individual e de assinaturas) fornecidas pelo banco, devidamente preenchidas, 2. Fotocópia autenticada do documento de identificação válido dos assinantes da conta bancária em duplicado, 3. Fotocópia do despacho de nomeação ou Título de Provimento em duplicado. 4. Fotocópia do NUIT dos assinantes da conta bancária em duplicado, 5. Fotocópia do NUIT da instituição titular da conta bancária, 6. Requerimento dirigido ao Exmo Senhor Director de Serviço Provincial da Economia e Finanças de Inhambane, 7. Modelo de solicitação de abertura de conta bancária devidamente preenchida, extraído do e-Sistafe, na componente de documentos, Vide o anexo a). 8. Cópia do diploma legal de criação da instituição. 9. Nota de envio do expediente.	Ponto 9.2 do Artigo 9 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Tabela 4 – Documentos Necessários para Autorização de Abertura e actualização de Assinaturas de Conta

5.1. REQUISITOS DOS ASSINANTES

Requisitos dos assinantes	Enquadramento Legal
Os assinantes designados para movimentar as contas bancárias de receita e de despesas dos órgãos e instituições do Estado, não devem ter nomeação provisória. A movimentação das contas bancárias obriga no mínimo 3 assinaturas **NB: A actualização das contas verifica-se nas seguintes situações:** ✓ Transferência de um dos assinantes, ✓ Cessação de funções de um dos assinantes; ✓ Desligamento e ✓ Morte	Ponto 9.3 do Artigo 9 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Tabela 5 – Requisitos dos Assinantes

6. CADASTRO DE CONTAS

Requisitos	Enquadramento Legal
Após a efectivação da abertura ou actualização de assinaturas da conta bancária é necessário o envio do Modelo de cadastro devidamente preenchido (Vide o anexo B), ao SPEF através de uma nota para efeitos de actualização no e-Sistafe obedecendo os seguintes procedimentos: ✓ Os assinantes da conta devem estar na orgânica na qual pretende-se efectuar o cadastro; ✓ O cadastro procede após o pagamento de salário e termina com a visualizarão da folha de salário do mês seguinte.	Artigo 5 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Tabela 6 – Cadastro de Contas

7. Instituições Bancárias Domiciliarias das Contas a Luz do Ponto 9.4 e 9.5 do DM nº 23/2018, de 02 de Fevereiro

Princípio Geral

- As contas bancárias de Receita e de Despesa do Estado, devem ser abertas no Banco de Moçambique.
- Excepcionalmente as contas bancárias de Receita e de Despesa do Estado, podem ser abertas nos Bancos Comerciais, por motivos devidamente fundamentados e autorizados pelo SPEF.

8. ENCERRAMENTO DAS CONTAS BANCÁRIAS ESTADO

O encerramento das contas bancárias de receita e despesa dos Órgãos e Instituições do Estado, de âmbito central e local deve ser efectuado mediante solicitação a DNT/SPEF, quando se verificar um dos seguintes motivos:

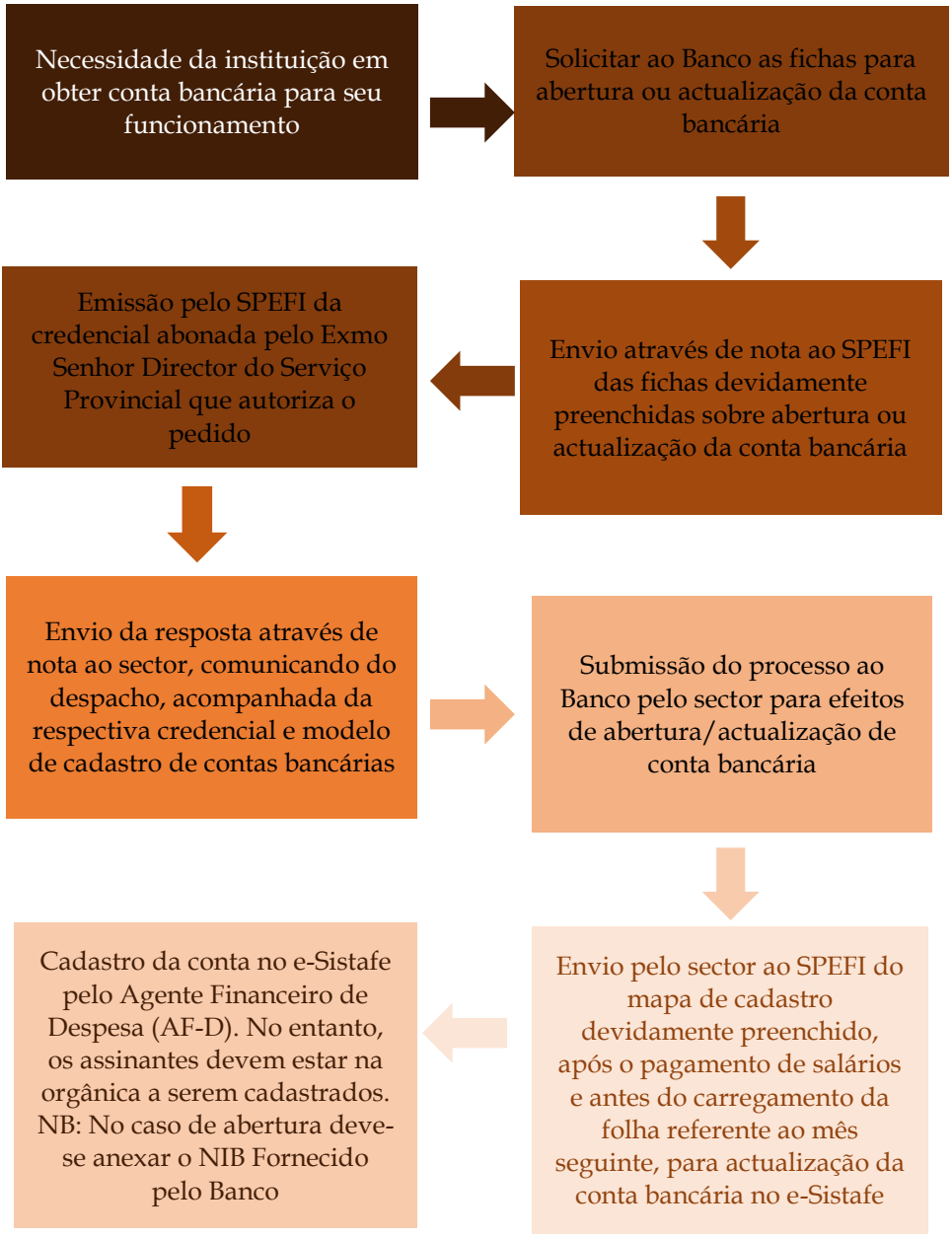
- ✓ Extinção da finalidade da conta;
- ✓ Extinção do Órgão e Instituição do Estado titular da conta;
- ✓ Falta de saldo ou de movimento a débito ou a crédito, por um período superior a 180 dias consecutivos.
- ✓ A medida que os órgãos e instituições do Estado forem descentralizados no e- SISTAFE, devem ser encerradas todas as contas de despesa, categorias DA e DB, por eles utilizadas antes da descentralização.
- ✓ O encerramento a que se refere no número anterior deve ser concluído no prazo de 60 dias após a operacionalização da correspondente descentralização.
- ✓ Os saldos verificados nas contas bancárias de receita e despesa dos Órgãos e Instituições do Estado, de âmbito central e local que

forem encerradas devem ser transferidos para as contas a serem indicadas pela DNT/SPEF.

9. REMOÇÃO DE CONTAS NO E-SISTAFE

- Após o encerramento das contas bancárias dos Órgãos e Instituições do Estado ao nível dos bancos, deve-se solicitar a DNT/SPEFI, a remoção das mesmas no e-Sistafe.

10. FASES DO PROCESSO DE ABERTURA OU ACTUALIZAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DO ESTADO



ANEXOS

ANEXO A

MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

Em conformidade com o disposto no Regulamento de Gestão de Contas Bancárias do Estado aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 23/2018, de 2 de Fevereiro, solicito a abertura de conta bancária nessa instituição bancária de acordo com as seguintes descrições:

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO DO ESTADO SOLICITANTE

Designação: _____

NUIT: |__|__|__|__|__| __|__|__|__| Código do Orgânico (UGB): |__|__|__|__|__|__|__|__|__|

Endereço: _____

Telefone: |__|__| |__|__|__|__|__|__| Fax: |__|__| |__|__|__|__|__|__|

TITULAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA (uma só opção por formulário) E RESPONSÁVEIS POR SUA MOVIMENTAÇÃO

Descrição	Responsáveis pela movimentação conjunta (obrigatória)
|__| Receitas próprias e consignadas colectadas pelos Sectores |__| Receitas Transitórias da Autoridade Tributária de Moçambique |__| Financiamento a projectos específicos |__| Financiamento ao OE |__| Despesa de adiantamento de fundos para pagamento de salários |__| Despesa de adiantamento de fundos para pagamento de despesas gerais |__| Receita e despesa *off*-CUT referentes a projectos |__| Autarquia Local |__| Empresa Pública	Nome completo do Ordenador de Despesa: _____ _____ NUIT do Ordenador de Despesa: |__|__|__|__|__| __|__|__|__| Nome completo do Gestor Público: _____ NUIT do Gestor Público: |__|__|__|__|__| __|__|__|__|

Descrição	Responsável pela movimentação solitária (obrigatória)

ASSINATURA DO TITULAR DO ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO DO ESTADO SOLICITANTE

Nome da Autoridade solicitante: _____

Assinatura: _____ Data: ___/___/___

PARA USO EXCLUSIVO PELO ÓRGÃO CO-TITULAR (DIRECÇÃO NACIONAL DO TESOURO ou DIRECÇÃO PROVINCIAL DE ECONOMIA E FINANÇAS)

Designação: _____

NUIT do Funcionário 1: |__|__|__|__|__|__|__|__|__| / Nome completo do Funcionário 1: _____

NUIT do Funcionário 2: |__|__|__|__|__|__|__|__|__| / Nome completo do Funcionário 2: _____

NUIT do Funcionário 3: |__|__|__|__|__|__|__|__|__| / Nome completo do Funcionário 3: _____

VERSO DA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

PARA USO EXCLUSIVO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA

Em atendimento à solicitação expressa na parte frontal do presente formulário, e em conformidade com as regras de gestão de contas bancárias do Estado aprovadas pelo Diploma Ministerial n.º 23/2018, de 2 de Fevereiro, confirmo a abertura de conta bancária de acordo com as informações a seguir descritas:

Número da conta bancária: |__|__|__|__|__| __|__|__|__|

NIB: |__|__|__|__| |__|__|__|__| |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__| |__|__|

TÍTULO	MARQUE (X)	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Receita Internas	|__|	RA	Receitas próprias e consignadas colectadas pelos Sectores
	|__|	RB	Receitas Transitórias da Autoridade Tributária de Moçambique
Receita Externa	|__|	RC	Financiamento a projectos específicos
	|__|	RD	Financiamento ao OE
Despesa	|__|	DA	Despesa de adiantamento de fundos para pagamento de salários
	|__|	DB	Despesa de adiantamento de fundos para pagamento de despesas gerais
Mista	|__|	MA	Receita e despesa *off*-CUT referentes a projectos
	|__|	MB	Autarquia Local
	|__|	MC	Empresa Pública

Data de abertura da conta bancária: ___/___/_____

Designação do órgão ou instituição do Estado pertinente:_____

_____

NUIT do órgão ou instituição do Estado pertinente: |__|__|__|__|__| __|__|__|__|

Carimbo da instituição bancária

Nome completo do funcionário: _____

Assinatura do funcionário: _____

NOTA

Depois de preenchido e assinado pela Instituição Bancária, cópia deste formulário deve ser por ela enviada:

- ✓ Ao órgão ou instituição do Estado que solicitou a abertura da conta bancária;
- ✓ À Direcção Nacional do Tesouro ou Direcção Provincial de Economia e Finanças.

Nota Explicativa do Anexo A

1. **No campo referente a informação do órgão ou instituição do Estado solicitante.**

- ✓ Preenche-se os dados referentes ao sector solicitante.

2. No campo referente a descrição

- ✓ Deve-se sinalizar com (X) a natureza da conta de acordo com o caso.

3. **No campo referente ao responsável pela movimentação conjunta (Obrigatória)**

- ✓ Nome completo do ordenador de despesa – preenche-se o nome do representante da instituição (1º assinante)
- ✓ Nome completo do Gestor publico – (2º assinante ou 3º assinante).

3. **No campo referente ao responsável pela movimentação solitária (obrigatória),** preenche-se as condições de movimentação da conta.

Ex: "A conta obriga no mínimo duas assinaturas sendo a primeira indispensável".

4. No campo de assinatura do Titular do Órgão ou instituição do Estado solicitante

- ✓ Nome da autoridade solicitante: Nome da Instituição
- ✓ Assinatura: assina o responsável máximo da instituição

NB: O campo seguinte é do uso exclusivo do órgão co-titular e o verso do banco, pelo que, a instituição não deve preencher

Modelo de Cadastro Anexo B

	Balção	Nº de Conta	Natureza da Conta	Data de Abertura	NIB Fornecimento do P/Banco	Titular	NUIT Instituição Fornecido pela AT	Classe Orgânica	Nome Ass. 1	Nuit Ass. 1	Nº BI Ass. 1	Nome Ass. 2	Nuit Ass. 2	Nº BI Ass. 2	Nome Ass.3	Nuit Ass. 3	Nº BI Ass. 3

GUIÃO PRÁTICO DE GESTÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DO ESTADO









LoCAL - *Climate Adaptive Living Facility*
Mecanismo de Adaptação Climática Local

Suecia
Sverige

Belgium
partner in development

Generalitat
de Catalunya

UNCDF
Microfinance • Capital Development